Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019.

Aos trinta dias do mês de abril de 2019, às 10h30min, na sala própria do Edifício do Ministério Público do Estado de São Paulo, situado na Rua Riachuelo nº 115, nesta Capital, foi realizada a sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, presentes o Vice-Corregedor-Geral do Ministério Público, Doutor Motauri Ciocchetti de Souza, bem como os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Walter Paulo Sabella, Ana Margarida Machado Junqueira Beneduce, Hamilton Alonso Júnior, Pedro de Jesus Juliotti, Augusto Eduardo de Souza Rossini, Joiese Filomena Teoto Buffulin Salles, José Roberto Rochel de Oliveira, Eduardo Roberto Alcântara Del-Campo e Julio César Botelho, e, ausente, justificadamente, o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Gianpaolo Poggio Smanio, desenvolvendo-se os trabalhos consoante segue registrado adiante. **1 – CONFERÊNCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA REUNIÃO** – Presentes Conselheiros em número suficiente à realização da sessão, instalou-se a reunião, sob a presidência do Conselheiro Sabella. **2 – LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA** - Aprovada, sem ressalvas, a ata da 51ª Reunião Ordinária do Colegiado, ocorrida em 16 de abril de 2019, dispensando-se sua leitura, posto que enviada antecipadamente, a todos os Conselheiros, a respectiva minuta. **3 – LEITURA DO EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE** – O Conselheiro Sabella propôs, e foram aprovados por unanimidade: (a) votos de pesar, pelos falecimentos: (a.1) do Senhor Mario Fernandes Braga, pai da Doutora Vera Lucia de Camargo Braga, 12ª Promotora de Justiça de Falências; (a.2) da Senhora Maria Lucia Souza Ferraz, mãe da Doutora Lucia Maria de Figueiredo Ferraz Pereira Leite, Promotora de Justiça aposentada; (a.3) do Senhor Jorge Dib Auad, pai do Doutor Dib Jorge Neto, 7º Promotor de Justiça de Bragança; (b) votos de louvor pela brilhante carreira e pelas relevantes realizações em prol da Instituição, aos Doutores Sandra Jardim, 136ª Procuradora de Justiça Criminal; Tharcillo Toledo Neto, 28º Procurador de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais; Maria Alice Ferreira da Rosa, 47ª Procuradora de Justiça Cível; Norton Geraldo Rodrigues da Silva, 155º Procurador de Justiça Criminal; Berenice Cristina Corrêa Cherubini, 12ª

Conselho Superior do Ministério Público

Promotora de Justiça Criminal; e, Paulo Sergio Cornacchioni, 7º Procurador de Justiça Cível, recentemente aposentados. **4 – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS** – A Conselheira Joiese comunicou sobre a implantação do RH digital, dentro do SIS MP INTEGRADO, para inscrições para os concursos de Procurador de Justiça e Remoção Entrância Final, possibilitando a atualização “on time” da lista de inscritos e desistência. Foi concedida a autorização para publicação de editais em 02 de maio para promoção, remoção e manifestação de interesse referentes aos cargos cuja movimentação foi aprovada nesta data. O Conselheiro Rossini noticiou que a Comissão de Revisão do Regimento Interno concluiu a primeira fase do trabalho, com elaboração de várias propostas, que serão encaminhadas aos demais Conselheiros já na próxima semana para análise e sugestões; elogiou o trabalho do Conselheiro Eduardo, que foi decisivo na elaboração do projeto. Também solicitou que fosse digitalizado e encaminhado aos Analistas a apresentação feita pelos Promotores de Justiça oficiantes no GAEMA/Litoral Norte. Após a fala do Conselheiro Rossini, todos os demais Conselheiros manifestaram elogios e cumprimentos aos integrantes da Comissão de Revisão do Regimento Interno, quais sejam, os Conselheiros Rossini, Eduardo e Rochel. O Conselheiro Juliotti colocou as seguintes questões: 1- que o sistema digital e-SAJ dificulta muito o trabalho dos Procuradores e Promotores de Justiça, sendo talvez um dos maiores problemas dos colegas que atuam na linha de frente, acreditando que, se fizéssemos uma pesquisa, descobriríamos que as dificuldades do e-SAJ contribuíram muito na tomada de decisão dos colegas nas inúmeras e recentes aposentadorias, ressaltando já ter se pronunciado sobre os problemas do e-SAJ em outras oportunidades e manifestando o desejo de obter informações da PGJ sobre: 1- a) uma suposta vedação de acesso integral ao e-SAJ pelo nome do réu, que teria sido imposta aos membros do Ministério Público; 1- b) o cronograma de implantação do sistema digital próprio do Ministério Público; 2- que recebeu informação sobre a existência do NUMEC (Núcleo de Mediação Comunitária), que teria sido criado através de uma parceria entre Secretaria de Segurança Pública e Tribunal de Justiça de São Paulo, sem a participação do Ministério Público, visando a mediação comunitária por policiais militares com posterior homologação do Poder Judiciário o que, em tese, violaria nossas prerrogativas

Conselho Superior do Ministério Público

constitucionais, solicitando a expedição de ofício à PGJ também para elucidação desta questão. O Conselheiro Motauri comunicou que a Corregedoria esteve em Tupã na semana passada realizando a correição em todos os 5 cargos e os resultados obtidos demonstram a relevância e qualidade dos serviços prestados pelos Promotores de Justiça. Por deliberação unânime, foi decidido que seriam expedidos ofícios à PGJ, nos termos do solicitado pelo Conselheiro Juliotti. **5 – LEITURA, DISCUSSÃO E**

VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA – Lida a ordem do dia, seguiu-se a discussão e votação das matérias dela constantes, consoante consignado adiante:

5.1. Foram aprovadas as seguintes propostas da Comissão de Movimentação na Carreira: a transferência dos Doutores Carlos Fernandes Sandrin, 33º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, para o cargo de 2º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, decorrente da aposentadoria do Doutor Antonio José Martins Branco (v.u.) e Luiz Antonio de Souza, 61º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível, para o cargo de 28º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, decorrente da aposentadoria da Doutora Dora Bussab (v.u.). **5.2.** Aprovados, por unanimidade, os votos da Comissão de Movimentação na Carreira, com as seguintes indicações de provimentos de cargos: PROCURADOR DE JUSTIÇA: (a) PROMOÇÃO ANTIGUIDADE: 101º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal: Antonio Carlos Gasparini, 13º Promotor de Justiça das Execuções Criminais. 16º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível: Nilza Russo Ferreira, 3º Promotor de Justiça de Mandados de Segurança. (b) PROMOÇÃO MERECIMENTO: 154º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal: Valter de Jesus Fernandes, 3º Promotor de Justiça Criminal de Santo Amaro, Válter Kenji Ishida, 12º Promotor de Justiça das Execuções Criminais e Eduardo Ulian, 6º Promotor de Justiça do Consumidor. 125º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal: Válter Kenji Ishida, 12º Promotor de Justiça das Execuções Criminais, Eduardo Ulian, 6º Promotor de Justiça do Consumidor e José Carlos Cosenzo, 4º Promotor de Justiça do V Tribunal do Júri. **5.3.** Aprovados, por unanimidade, a abertura de edital para promoção aos seguintes cargos: (1) PROCURADOR DE JUSTIÇA: PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE:

Conselho Superior do Ministério Público

115º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 83º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 47º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível, 155º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 61º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível, 33º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal; e, PROMOÇÃO POR MERECEMENTO: 54º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 136º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 7º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível, 60º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível, 13º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 63º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal. (2) ENTRÂNCIA FINAL: REMOÇÃO ANTIGUIDADE: 53º Promotor de Justiça Criminal, 4º Promotor de Justiça Cível de Itaquera, 1º Promotor de Justiça do Consumidor, 29º Promotor de Justiça Criminal, 60º Promotor de Justiça Criminal, 3º Promotor de Justiça Criminal de Santo Amaro, 7º Promotor de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica, 11º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, 1º Promotor de Justiça de Mandados de Segurança, 1º Promotor de Justiça Militar, 1º Promotor de Justiça de Registros Públicos e 5º Promotor de Justiça de Repressão à Sonegação Fiscal. REMOÇÃO MERECEMENTO: 12º Promotor de Justiça Criminal, 4º Promotor de Justiça Cível de Penha de França, 4º Promotor de Justiça do Consumidor, 35º Promotor de Justiça Criminal, 1º Promotor de Justiça Criminal de Pinheiros, 1º Promotor de Justiça de Direitos Humanos, 4º Promotor de Justiça de Família, 1º Promotor de Justiça do Juizado Especial Criminal, 3º Promotor de Justiça de Mandados de Segurança, 5º Promotor de Justiça Militar e 2º Promotor de Justiça de Registros Públicos. **5.4.** Aprovada, por unanimidade, a publicação de edital para Manifestação de Interesse em relação aos seguintes cargos vagos: ENTRÂNCIA FINAL: 2º Promotor de Justiça de Caraguatatuba*, 1º Promotor de Justiça de Barretos*, 4º Promotor de Justiça de Caraguatatuba*, 4º Promotor de Justiça de Suzano*, 6º Promotor de Justiça de Barretos*, 3º Promotor de Justiça de Itapeva*, 2º Promotor de Justiça de Barretos*, 2º Promotor de Justiça de Francisco Morato*, 50º Promotor de Justiça da Capital, 4º Promotor de Justiça da Campinas, 24º Promotor de Justiça da Capital, 7º Promotor de Justiça de Sorocaba, 35º Promotor de Justiça da Capital, 70º

Conselho Superior do Ministério Público

Promotor de Justiça da Capital, 89º Promotor de Justiça da Capital, 1º Promotor de Justiça de Fernandópolis, 10º Promotor de Justiça de Franca, 4º Promotor de Justiça de Francisco Morato, 9º Promotor de Justiça de Guarulhos, 32º Promotor de Justiça de Guarulhos, 3º Promotor de Justiça de Hortolândia, 2º Promotor de Justiça de Itapeva, 3º Promotor de Justiça de Itapevi, 5º Promotor de Justiça de Itapevi, 1º Promotor de Justiça de Itaquaquecetuba, 11º Promotor de Justiça de Jundiaí, 13º Promotor de Justiça de Mogi das Cruzes, 3º Promotor de Justiça de Mogi Mirim, 5º Promotor de Justiça de Sertãozinho, 4º Promotor de Justiça de Sumaré e 1º Promotor de Justiça de Suzano*. ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA: 1º Promotor de Justiça de Araras, 5º Promotor de Justiça de Araras, Promotor de Justiça de Artur Nogueira, 2º Promotor de Justiça de Mairiporã, 3º Promotor de Justiça de Mairiporã, 4º Promotor de Justiça de Penápolis, 2º Promotor de Justiça de Poá, 4º Promotor de Justiça de São Sebastião e 1º Promotor de Justiça de Ubatuba.* Obs.: Em razão do interesse público que demanda o efetivo provimento dos cargos novos, bem como daqueles que se encontram vagos desde o concurso anterior, em virtude do exercício de opções pelos colegas que para eles foram promovidos, ficam os candidatos advertidos de que, nos termos do art. 155, § 2º, da LCE n. 734/93, eventuais novos pedidos de opção nesses cargos serão indeferidos. **5.5.** Aprovado, à unanimidade, o pedido de opção formulada, nos termos do artigo 155, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 734/93, para que o Promotor de Justiça, que foi indicado em 16 de abril de 2019, efetive sua promoção no cargo em que se encontra. Interessado: Doutor Adinan Aparecido de Oliveira, 4º Promotor de Justiça de Jaboticabal (Pt. 31.679/19). **5.6.** Aprovado, à unanimidade, com abstenção do voto da Corregedoria-Geral, o indeferimento da solicitação feita por Luis Gustavo de Arruda Camargo para retirada do vídeo referente a sessão de julgamento da reunião de 09/04//2019, deste Conselho, que julgou o Recurso contra Indeferimento de Representação nº MP 43.0227.0000129/2019-0 (Pt. 31.079/19 – Relator Conselheiro Hamilton). **5.7.** Aprovados, à unanimidade, os pedidos de residência fora da Comarca. Interessados Doutores Maria Cecília Alfieri Nacle, Promotora de Justiça de Itatinga e Lilian Fruet, 1ª Promotora de Justiça de Descalvado (Pts. 22.892/19 e 28.249/19 – Relator Conselheiro Juliotti); Luís Gustavo Castoldi, Promotor de Justiça de

Conselho Superior do Ministério Público

Guararema, Thaísa Durante Unger Monteiro, 2ª Promotora de Justiça de Cubatão e Leonardo Augusto Gonçalves, 7º Promotor de Justiça de Jaú (Pt. 22.916/19, 28.067/19 e 29.247/19 – Relator Conselheiro Del-Campo); Maria Carolina da Rocha Medrado, 6ª Promotora de Justiça de Taboão da Serra, Cristina Palma, 1ª Promotora de Justiça de Sorocaba, Roberta Bená Perez Fernandez, 8ª Promotora de Justiça de Praia Grande e Sylvia Luiza Damas Prestes Ribeiro (Pts. 23.122/19, 23.488/19, 29.080/19 e 31.635/19 – Relator Conselheiro Rossini); Marina de Azevedo Brito Lippi Pedersolli, 4ª Promotora de Justiça de Itapevi e Vanessa Bortolomasi, Promotora de Justiça de Itariri (Pt. 23.905/19 e 29.248/19 – Relator Conselheiro Hamilton); Ilo Marinho Gonçalves Júnior, 2º Promotor de Justiça de São Joaquim da Barra e Alexandre de Oliveira Daruge, Promotor de Justiça Regional de Campinas (Pts. 23.968/19 e 25.982/19 – Relator Conselheiro Sabella); Marília Molina Schlittler, 2ª Promotora de Justiça de Cotia (Pt. 24.416/19 – Relatora Conselheira Ana Margarida); Guilherme Schlittler Oliveira, Promotor de Justiça de Taboão da Serra e Carla Murcia Santos, 3ª Promotora de Justiça de Embu das Artes (Pts. 25.827/19 e 28.700/19 – Relator Conselheiro Julio); Marcelo Silva Cassola, 4º Promotor de Justiça de Cotia (Pt. 25.949/19 – Relator Conselheiro Rochel).

6- CIÊNCIA DE PROTOCOLADOS: O Colegiado tomou ciência dos seguintes protocolados: **6.1.** Pt. 30814/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Fernando Galindo Ortega, 1º Promotor de Justiça de Tupi Paulista, comunicando o arquivamento do PAA nº 512/18. **6.2.** Pt. 31147/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Délton Esteves Pastore, 8º Promotor de Justiça de Direitos Humanos, comunicando o arquivamento do PAF nº 1182/17. **6.3.** Pt. 31600/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Tânia Mara Tórtola, Promotora de Justiça de Cardoso, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 518/14. **6.4.** Pt. 31633/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Laila Honain Pagliuso, Promotora de Justiça de Paulo de Faria – designada na PJ de Macaúbal, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 344/13. **6.5.** Pt. 32501/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Fausto Ernani Gonçalves Jardim, 3º Promotor de Justiça de São João da Boa Vista, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 967/16. **6.6.** Pt. 32502/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor

Conselho Superior do Ministério Público

Alexandre Nunes de Vincenti, 1º Promotor de Justiça de Embu-Guaçu, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 54/16. **6.7.** Pt. 32511/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Hérico William Alves Destéfani, 4º Promotor de Justiça de Mirassol, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 81/18. **6.8.** Pt. 32610/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor José Guilherme Silva Augusto, 1º Promotor de Justiça de Novo Horizonte, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 02/08. **6.9.** Pts. 33275/19 e 33276/19 19 – Ofícios encaminhados pela Doutora Diana Maria Silva Braus, 4ª Promotora de Justiça de Birigui, comunicando o cumprimento integral dos Compromissos de Ajustamento de Conduta firmados nos ICs nº 31/09 e 07/05. **6.10.** Pt. 33442/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Horival Marques de Freitas Junior, 3º Promotor de Justiça de Jales, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 757/17. **6.11.** Pt. 33459/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Wellington Luiz Villar, 1º Promotor de Justiça de Jales, comunicando o cumprimento integral do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 603/12. **6.12.** Pt. 32047/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Gustavo Roberto Costa, 3º Promotor de Justiça de Guarujá, comunicando o arquivamento do PANI nº 967/18. **6.13.** Pt. 32065/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor José Claudio Zan, 2º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, comunicando cumprimento da recomendação exarada na homologação da promoção de arquivamento do IC nº 14.432.296/18. **6.14.** Pt. 32467/19 e 32512/19 – Ofícios encaminhados pelo Doutor Weslei Gustavo Souza Ciciliato, Promotor de Justiça de Maracaí, comunicando o ajuizamento das Ações de Execução de Título Executivo Extrajudicial nº 10002812220198260341 e 10002795220198260341, devido ao não cumprimento dos Compromissos de Ajustamento de Conduta firmado nos IC nº 13/10 11/07. **6.15.** Pt. 33393/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Daniele Ramia Negrão Dias Brandão, 3ª Promotora de Justiça de Mirassol, comunicando o arquivamento do IC nº 14.0339.0000057/2009-8. **7- SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DE INQUÉRITOS CIVIS, PEÇAS DE INFORMAÇÃO E EXPEDIENTES CONEXOS** – Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se ao julgamento dos inquéritos civis, peças de informação e expedientes

Conselho Superior do Ministério Público

conexos pautados, sendo julgados 36 (trinta e seis) deles pelo Pleno e 799 (setecentos e noventa e nove) pelas Turmas (421 pela 1ª Turma e 378 pela 2ª Turma), alcançando-se em tais julgamentos, num total de 835 (oitocentos e trinta e cinco), os resultados especificados no aviso respectivo, que, publicado e arquivado em pasta própria, faz parte integrante desta. **8- ENCERRAMENTO** - Cumprida a pauta, restou definido que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 07 de maio de 2019 (terça-feira), às 10h30. Nada mais havendo a relatar, eu, Joiese Filomena Teoto Buffulin Salles, Secretária do Conselho em exercício, lavrei a presente ata, que é também integrada por um DVD contendo áudio e vídeo integral da Sessão, o qual recebeu o protocolo nº 36.640/19. Aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros do Conselho Superior do Ministério Público que dela participaram.

Observações: 1-) A ata está sendo publicada por extrato, de conformidade com o que preceituam a Lei Orgânica Nacional (artigo 15, § 1º), a Lei Orgânica Estadual (artigo 35, § 3º) e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (artigo 14, inciso XII, item “1”; artigo 15, incisos II e XII, item “1”; e artigo 43, § 1º). 2-) A íntegra da ata será disponibilizada no *site* do Ministério Público, na área de acesso reservado aos seus membros.